



Comarca de Cabo de Santo Agostinho

Código de referência:	BR PEMJ CABO
Título:	Comarca do Cabo de Santo Agostinho
Data(s):	1824-1826 1844 1845 1855-1858 1860-1908 1910-1922 1936-1940 1966 (datas de produção)
Nível de descrição:	Fundo
Dimensão e suporte:	Textuais, 8,17 metros lineares ou 43 caixas-arquivo de papelão
Nome(s) do(s) produtor(es):	Comarca de Cabo de Santo Agostinho, 1812-
História adm./biografia:	<p>O início da colonização na região data de 1536, com o donatário Duarte Coelho. Em 1554, após a morte de Duarte Coelho, sua viúva dirigiu a capitania, enquanto aguardava o regresso de seus filhos Duarte e Jorge de Albuquerque Coelho, que estavam em Portugal. Ao chegarem, em 1560, intensificaram as ações para expulsar os índios Caetés, e, mais tarde, participaram da luta contra os franceses, expulsos do Rio de Janeiro por Mem de Sá. Terminada a campanha, foram doadas, em sesmarias, as circunvizinhanças do Cabo de Santo Agostinho a diversos nobres, sendo fundados inúmeros engenhos. Em 1593, as terras do atual município foram elevadas à condição de freguesia, em fase de grande prosperidade. Em 1631, todavia, o Cabo foi atacado pelos holandeses, que dominaram a região até 1654. Após a expulsão dos invasores, as propriedades foram restituídas a seus antigos proprietários e restabelecidas as atividades. Com o território sendo desmembrado de Recife, criou-se o município, em 1811, tendo como sede a Vila do Cabo de Santo Agostinho. Em 1846, o município foi extinto, para, três anos depois, ser restaurado. Elevado à condição de cidade, com o nome de Santo Agostinho do Cabo, em 1911, o município passou a se chamar Cabo.</p> <p>Formação Administrativa</p> <p>Freguesia criada com a denominação de Cabo de Santo Agostinho, por provisão de 09-09-1622, e pela lei municipal nº 3, de 07-12-1892. Foi elevado à categoria de vila com a denominação de Vila do Cabo de Santo Agostinho, por alvará de 27-07-1811 e provisão de 15-02-1812, sendo desmembrado de Recife, e dando-se sua instalação em 18-06-1812. Em 30-03-1846, a vila foi extinta, pela lei provincial nº 152. Em 09-07-1877, pela lei provincial nº 1296, foi elevada à condição de cidade, e sede do município, com a denominação de Santo Agostinho do Cabo. Pela lei municipal nº 3, de 07-12-1892, foram criados os distritos de Jussaral e Ponte dos Carvalhos, sendo anexados ao município do Cabo. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município era constituído de 3 distritos: Cabo, Jussaral e Ponte dos Carvalhos. Pela lei municipal de 22-11-1922, foi criado o distrito de Nazaré e anexado ao município do Cabo. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município era constituído de 4 distritos: Cabo, Jussaral, Ponte dos Carvalhos e Nazaré. Pelo decreto-lei estadual nº 92, de 31-03-1938, o distrito de Nazaré passou a denominar-se Santo Agostinho. Em divisão territorial datada de</p>

	01-07-1960, o município era constituído de 4 distritos: Cabo, Jussaral, Pontes dos Carvalhos e Santo Agostinho. Pela lei municipal nº 1690, de 19-05-1994, o município do Cabo voltou a denominar-se Cabo de Santo Agostinho. Em divisão territorial datada de 15-07-1997, o município era constituído de 4 distritos: Cabo de Santo Agostinho, Jussaral, Ponte dos Carvalhos e Santo Agostinho, assim permanecendo em divisão territorial de 2003. <u>Gentílico: cabense</u>
Procedência:	Arquivo da Comarca de Cabo de Santo Agostinho
Âmbito e conteúdo:	O fundo é constituído por processos judiciais, contendo documentos das áreas cível e criminal.
Sistema de arranjo	O acervo está ordenado cronologicamente, subdividido em duas áreas: cível e criminal. O arranjo foi organizado da seguinte forma: cada comarca corresponde a um fundo e cada vara a uma seção; as séries são constituídas por tipos documentais, ou seja, no caso de documentação processual a série é processo judicial e a subsérie cada tipo de ação ou recurso.
Condições de acesso	Sem restrição de acesso.
Condições de reprodução	Os documentos podem ser reproduzidos por via fotográfica, sendo necessária a assinatura de um termo de cessão de uso de imagens.
Características físicas e requisitos técnicos	Alguns documentos apresentam dificuldade de leitura ou de reprodução por estarem esmaecidos.
Instrumentos de pesquisa	Listagem em ordem cronológica e por área (cível ou criminal).
Unidades de descrição relacionadas	O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano possui parte do acervo processual original de algumas comarcas, bem como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – PE, e esses documentos não estão à disposição no Memorial para leitura em forma reproduzida.
Notas gerais	Para o preenchimento do elemento história administrativa/biografia foram utilizadas informações da seguinte fonte: http://www.citybrazil.com.br/pe/cabostoagostinho/historia-da-cidade
Nota do arquivista	Descrição revista e preparada por Mônica Pádua, historiadora e especialista em Arquivo, do Memorial da Justiça.
Regras ou convenções	Descrição baseada em: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data(s) da(s) descrição(ões)	2 de julho de 2012.